

EDUCAÇÃO

Os resultados nos exames vão continuar a ser usados para os rankings das escolas. Mas este ano haverá novos indicadores

FOTO MARCOS BORGA

Ministério não faz rankings mas vai ajudar a melhorá-los

Novo indicador permitirá identificar as escolas que mais ajudaram os alunos a ter sucesso, considerando o seu ponto de partida. No próximo mês haverá novos rankings

ISABEL LEIRIA

Mais importante do que olhar para as médias finais de alunos que já são bons é saber se as escolas ajudaram a melhorar o desempenho de todos, comparando o nível à entrada de um ciclo de estudos e os resultados à saída. É assim que pensa o Ministério da Educação. E ainda que a atual equipa da 5 de Outubro não se tenha tornado subitamente adepta da construção de rankings — essas seriaçãoções são feitas pelos órgãos de comunicação social a partir das bases que a tutela torna públicas —, este ano vai disponibilizar elementos que permitem ter uma “informação mais rigorosa e realista sobre o desempenho das escolas”. Acima de tudo, explicou esta semana o secretário de Estado da Educação, João Costa, que permitam “comparar o que é comparável”.

Na verdade, esta é a crítica que mais se repete em relação às listas ordenadas que só olham para as médias nos exames. Que sentido faz comparar um colégio que cobra €500 de mensalidade e uma escola pública que acolhe todos os alunos? Como se pode pôr no mesmo saco um estabelecimento de ensino em que mais de metade dos seus alunos têm encarregados de educação cujas habilitações não vão além do 9º ano e outro frequentado por filhos de pais na sua maioria licenciados?

“Comparar apenas médias nacionais é muito pobre. O que estamos a fazer é gerar indicadores que olhem para os resultados finais dos alunos, mas tendo em conta o seu nível à entrada. E que conjugam avaliação interna (pelos professores em cada escola) e avaliação externa (exames nacionais)”, explica João Costa. Entre eles está o indicador

dos “percursos diretos de sucesso”, que já existia para o 3º ciclo (7º ao 9º) e é agora alargado ao secundário. O ME considera-o o “mais robusto” que possui neste momento para analisar os desempenhos dos alunos. O que este dado permite saber é, em cada secundária, pública e privada, qual a percentagem de alunos que obtêm positiva nos dois exames que realizam no 12º e que não chumbaram nem no 10º nem no 11º. Ou seja, quantos tiveram um percurso ‘limpo’. Depois é comparado esse valor com o obtido, a nível nacional, por todos os estudantes com o mesmo ponto de partida, medido pelas notas que tiveram, três anos antes, nos exames do 9º. “Assim, é possível ver se o trabalho desenvolvido em cada escola permitiu que os seus alunos tivessem percursos de sucesso e se a percentagem dos que o conseguiram é superior ou inferior à verificada noutras que receberam estudantes com nível semelhante”, precisa o governante.

Quando os ‘piores’ são afinal os ‘melhores’

Para João Costa este é um indicador que tem ainda a vantagem de não premiar os chumbos: uma escola que se sinte tentada a atrasar a ida dos alunos a exame por temer que não se saiam bem e belisquem

a sua imagem é penalizada neste indicador. E contorna a questão da seleção. Fazendo a ordenação a partir das que mais puxam os alunos para cima, no topo da lista pode aparecer uma escola frequentada sobretudo por jovens de contextos desfavorecidos. Basta que tenham taxas de percursos de sucesso superiores à média nacional dos colegas que entraram no 10º com dificuldades semelhantes.

Apesar destas bases de dados ainda não estarem disponíveis (os rankings serão publicados a 17 de dezembro), o Ministério já fez simulações com base neste indicador e diz que nos primeiros lugares aparecem tanto escolas que estão no topo das habituais listas (só com base nas médias), como aparecem outras que costumam ficar 300 lugares abaixo.

“Um dos efeitos menos positivos dos rankings tem a ver com uma sobrevalorização da medida, em detrimento da avaliação dos processos. Este indicador já olha para o trajeto dos alunos e isso é positivo”, considera José Morgado, professor e investigador no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA). E a tentação sentida por algumas escolas de reter os alunos nos anos intermédios também é reduzida desta forma, concorda.

Ainda assim, muito mudou desde 2001 quando, em ano de estreia dos rankings, os únicos

dados disponibilizados se limitavam os resultados nos exames por escola e disciplina. De então para cá as várias equipas do ME foram acrescentando mais e mais dados de contexto, que permitem conhecer as populações escolares de cada estabelecimento de ensino e pôr os resultados em perspetiva. Mas também permitiram perceber que o determinismo social e económico existe — está provado que os recursos e sobretudo as habilitações dos pais estão associados ao desempenho escolar —, mas não é uma fatalidade. Há escolas inseridas em contexto muito adversos que se saem bastante melhor do que outras com as mesmas características.

“A escola tem de fazer a diferença, contrariar o destino e permitir a mobilidade social. Mas as que servem populações mais vulneráveis não podem responder com os mesmos recursos e da mesma forma que as restantes. Têm de ter autonomia e meios. Os resultados que saem dos rankings deviam ser usados para olhar para as escolas do fundo da tabela e garantir-lhes esse apoio”, considera José Morgado, defendendo ainda a constituição obrigatória em todos os agrupamentos de observatórios de qualidade, cuja missão seria analisar e discutir os muitos dados que já são produzidos.

Filinto Lima, presidente da Associação de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, garante que esse trabalho já é feito pelos professores, servindo de base à definição de estratégias. Mas se considera que o novo indicador do ME é uma “mais-valia” para aferir o trabalho efetuado em cada escola, não mudou de opinião sobre os rankings: “São muito redutores e retratam uma parte pequena da realidade escolar.”

leiria@expresso.imprensa.pt

ALGUNS INDICADORES DISPONÍVEIS

PERCursos DIRETOS DE SUCESSO

Percentagem de alunos que terminam o ciclo de estudo (3º ciclo ou secundário) sem chumbos e a diferença em relação à média nacional, registada para os colegas do país que tinham notas semelhantes à entrada desse mesmo ciclo de estudos. Combina a avaliação dada pelos professores e as notas nos exames nacionais

EVOLUÇÃO POR DISCIPLINA

Permite saber como se posiciona cada escola a nível nacional em cada disciplina sujeita a exame — não apenas a Português e Matemática — ao longo dos últimos anos

INFLAÇÃO DE NOTAS

Indica o nível de desalinhamento entre as notas dadas pelos professores e as classificações obtidas pelos mesmos alunos nos exames. É natural que a avaliação interna seja superior, mas há escolas muito mais ‘benevolentes’ e outras onde os próprios professores são muito exigentes, favorecendo ou prejudicando os alunos nas médias de acesso ao superior

TAXA DE RETENÇÃO

Percentagem de chumbos nos vários anos de escolaridade e evolução recente

NOTAS E CONTEXTO

Comparação dos resultados da escola no final do ciclo com as médias das restantes com contextos socioeconómicos semelhantes

BREVES

Violência mata 22 mulheres

FEMICÍDIO Desde o início do ano morreram 22 mulheres vítimas de violência doméstica, às mãos de

Governo reforça apoio a canis

ANIMAIS O Partido Animal e Natureza (PAN) viu aprovada a proposta de criar apoios para os municípios construírem novos Centros de Recolha Oficial de Animais. O Governo aceitou incluir um milhão de euros no OE-2017 para que se inicie faseadamente a construção dos centros. Apenas 180 dos 308 municípios têm canis. Para o PAN só assim será possível a efetiva aplicação da lei aprovada este ano que proíbe o abate de animais abandonados nos canis municipais.

“NESTE ÚLTIMO MÊS FORAM RAROS OS ATOS EM QUE O SISTEMA FUNCIONOU”

Sob anonimato
Médico de Família, a queixar-se no livro de reclamações do próprio centro de saúde onde trabalha sobre os problemas informáticos constantes

Veneno mata espécies protegidas



CRIME Só esta semana, foram envenenados 11 animais, entre os quais espécies em risco de extinção como a águia-imperial-ibérica e o milhafre-real, na Zona Protegida de Casti Verde, no Alentejo. A Liga para a Proteção da Natureza alerta para “o flagelo de uso ilegal de venenos nas regiões rurais, que ameaça a conservação da natureza e a saúde pública”.